manchete

Correio Manhã	Periodicidade: Diário	Temática: Justica
	Classe: Informacão Geral	Dimensão: 655 cm²
23-01-2019	Âmbito: Nacional	Imagem: S/Cor
	Tiragem: 115581	Página (s): 18

LUSA / ANTONIO COTRIM

Albano Morais Pinto tomou ontem posse como diretor do DCIAP, numa cerimónia presidida pela PGR, Lucília Gago

PERFIL

Albano Morais Pinto
Nasceu em 1955, em Coimbra. Licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra, ingressou no Ministério Público em 1982. Promovido a procurador da República em 2000, foi colocado no círculo judicial das Caldas da Rainha e, depois, no círculo judicial de Leiria. Entre 2002 e 2004 foi diretor nacional-adjunto (da Direção Central de Investigação da Corrupção e Criminalidade Económica e Financeira) da Polícia Judiciária. Foi promovido a procurador-geral-adjunto em 2014. Em novembro de 2018 foi colocado no Supremo Tribunal de Justiça.

Combate ao crime com "empenho e lealdade"

AVISO "Ilusão pensar que corrupção complexa possa ser investigada num curto espaço de tempo"

JOÃO SARAMAGO

O novo diretor do Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP), Albano Morais Pinto, prometeu, ontem, na cerimónia de tomada de posse, "lealdade e muito trabalho e empenho" no combate ao crime.

"É uma ilusão pensar que as formas mais engenhosas de corrupção possam ser investigadas em curtos espaços de tempo, nomeadamente nos prazos previstos no Código de Processo Penal", avisou o procurador, destacando a importância da "prova sólida" ao que acrescentou a dificuldade de obtenção da prova direta "em crimes como os ilícitos sexuais".

ESTADO DEVE FICAR COM PRODUTO DO ENRIQUECIMENTO ILÍCITO

Sublinhado o papel dos magistrados em "lutar contra o enriquecimento ilícito e fazer com que o seu produto reverta a favor do Estado, o procurador lembrou novos meios de lavagem de dinheiro como as 'bitcoins'.

O novo diretor do DCIAP prometeu "promover as investigações de todos os crimes" e obter as provas "que permitem levar a julgamento os seus autores".

Por sua vez, a procuradora-geral da República, Lucília Gago, reiterou o empenho no "combate à criminalidade económica e financeira". E sublinhou outros segmentos que "não podem ser subalternizados", como "a criminalidade violenta organizada".